

O terremoto de 1755: Rumores em prosa e verso

The earthquake of 1755: Rumors in prose and verse

CLEBER VINICIUS DO AMARAL FELIPE¹

Resumo: O artigo retoma e analisa algumas figurações do terremoto de 1755, atentando para convenções relativas ao *locus horrendus* ou lugar horrendo. Além disso, busca-se demonstrar que os efeitos dramáticos das narrativas devem ser apreendidos a partir dos códigos linguísticos e das tópicas teológico-políticas mobilizadas pelos letrados dos séculos XVIII e XIX, e não de categorias esteticizantes, psicológicas ou idealistas que assumem a centralidade do gosto enquanto paradigma nuclear das artes.

Palavras-Chaves: Terremoto; retórica; poética; representação.

Abstract: The article resumes and analyzes some figurations of the 1755 earthquake, paying attention to conventions related to the *locus horrendus* or horrendous place. Furthermore, it seeks to demonstrate that the dramatic effects of narratives must be apprehended from the linguistic codes and theological-political topics mobilized by the scholars of the 18th and 19th centuries, and not from aestheticizing, psychological or idealistic categories that assume the centrality of the taste as a paradigm of the arts.

Keywords: Earthquake; rhetoric; poetic; representation.

¹ Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (Brasil). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3930-3936>.

O mês de novembro irrompeu ameno no ano de 1755. No entanto, a manhã calma do dia primeiro dissimulava uma tragédia: Lisboa foi abalada por tremores de terra, assaltada por ondas colossais e devastada por incêndios. Hipérboles, analogias e outros expedientes linguísticos foram, de forma recorrente, empregados para amplificar/qualificar as consequências ruinosas desse cataclismo: Susan Neiman (2003), em estudo recente, concebeu esse sismo como a primeira catástrofe moderna, com poder destrutivo equiparável ao de Auschwitz. Filomena Amador (2007: 286), por sua vez, afirmou que o terremoto «foi, provavelmente, o fenômeno natural que maior impacto e repercussão teve, em níveis científico e filosófico, na história da humanidade». No romance *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo*, Luís Rosa descreveu seus efeitos utilizando expressões superlativas:

Foi a invenção do mundo. Aquele ano que durou muitos anos, 1755. Ruiu tudo o que havia sido pensado até ali. Não foi apenas a cidade que ruiu, não. Não foi somente o abalo inaudito que arrastou Lisboa. Foi o travamento do pensamento que se desmoronou.

Debaixo do mundo dos mitos, dizia-se, brotara a luminosidade da razão. A razão era o que ficava da lembrança de Deus. (Rosa, 2004: 9)

Ao notar que os leitores do século XVIII apreciavam a «estética» das descrições brutais do terremoto, Mary del Priori (2015: 266) afirmou tratar-se de um «gosto estranho pelo horrível e pelo aterrador». Tal deleite seria, inclusive, um dos fundamentos do tratado filosófico sobre o gosto, elaborado por Edmund Burke em 1757. Mas o ato de apreciar eventos aterradoros era «estranho» a quem? Trata-se de um lugar-comum longevo: em uma inscrição proveniente da 12.^a dinastia egípcia (entre 2000 e 1780 a.C.), deparamo-nos com o diálogo entre um naufrago e uma criatura mitológica, ocorrido em uma ilha desconhecida. Depois de ouvir o relato do sobrevivente, a animália buscou consolá-lo, assegurando que ele sobreviveria às intempéries e transmitiria aos amigos suas recordações dramáticas: «Quão feliz é aquele que pode contar o que experimentou, depois de ocorrida a desgraça!» (Araújo, 2000: 77). Este *topos* circulou pelo mundo helênico,² ecoou nas letras latinas,³

² O estagirita afirmou que o «prazerosamente memorável não é apenas o que, quando efetivamente presente, era prazeroso, mas também algumas coisas que não eram, desde que seus resultados posteriores se revelaram nobres e bons». Seria prazeroso, afirma, «o simples estar livre do mal» (Aristóteles, 2011: 94).

³ Cícero escreveu a seu amigo, o historiador Lucéio, dizendo que as desventuras do seu consulado forneceriam «uma grande variedade, cheia de um certo prazer que pode, veementemente, reter os espíritos na leitura». Na sequência, o orador romano afirmou: «a recordação livre da dor passada tem efetivamente seu prazer; com certeza, para os que não passaram por nenhum dissabor e contemplam os males alheios sem nenhuma dor, a própria piedade é agradável» (Cícero, 2001: 157).

alcançou o século XVI⁴ e fundamentou algumas descrições do terremoto de 1755.

O deleite decorrente da experiência trágica não era estranho a Aristóteles e Cícero; também não era um assunto alheio à antiga historiografia greco-romana, voltada para assuntos bélicos, tampouco aos relatos de naufrágio que circularam, em Portugal, ao longo dos séculos XVI-XVIII. Burke, portanto, não inaugurou a ideia de que o horror poderia proporcionar prazer, mas inovou ao basear sua análise em um paradigma estético amparado no gosto e na imaginação. «Estranho», categoria empregada por Mary del Priori, pressupõe algo externo, estrangeiro: o grotesco, o sublime e o terror são procedimentos que se identificavam na ordem do dia e circularam, com frequência, no decorrer do século XIX (cf. Esteves, 2018: 258-278).

Pretende-se demonstrar como as descrições discursivas e imagéticas do sismo de 1755 constituem desdobramentos de um antigo expediente retórico: o *locus horrendus* ou *locus horribilis*. Por meio dele, lugares tenebrosos reais ou fictícios ganhavam projeção. Como inverso do *locus amoenus* retratado nos gêneros líricos e bucólicos, a ferramenta descritiva buscava evidenciar, valendo-se de recursos retóricos como a écfrase, o mundo dos mortos, ilhas despovoadas, florestas sombrias, grutas

desprovidas de luz, ambientes cavernosos grotescos, tempestades em alto-mar. Além disso, é preciso considerar as tópicas teológico-políticas mobilizadas pelos intérpretes do cataclismo, com o intuito de não naturalizar categorias estetizantes, psicológicas ou idealistas que assumem a centralidade do gosto enquanto paradigma nuclear das artes. Como primeiro exercício de análise, convém abordar a definição de terremoto corrente nos séculos XVIII e XIX.

1. O que seria um terremoto?

Observada à distância, com o auxílio de um sistema de navegação via satélite, a litosfera (crosta terrestre e parte do manto superior) revela um conjunto de falhas ou fraturas que permitem delimitar os extremos das chamadas placas tectônicas. Os letrados que escreveram sobre o sismo, ao longo do século XVIII, não dispunham dessa tecnologia e também não conheciam a tectônica de placas (*Plate Tectonics*), teoria criada pelo geofísico canadense John Tuzo Wilson, na década de 1960, tampouco a escala Richter, desenvolvida pelos sismólogos Charles Francis Richter e Beno Gutenberg, em 1935, no California Institute of Technology. A tomar pelos relatos e pelos estragos decorrentes da tragédia, estima-se que o abalo ultrapassou oito graus de magnitude, índice alarmante em uma escala cujo limite é dez (Paice, 2011: 97-98). Entretanto, trata-se

⁴ «Muito melhor é plantar couves ou ouvir discurrir do mar e dos selvagens do que tentar tais aventuras» (Léry, 1980: 257).

de uma projeção moderna e, portanto, alheia aos letrados que serão retomados ao longo deste artigo.

Tentativas de descrever e definir as causas dos terremotos remontam à Antiguidade. Tucídides (2001: 81-83), por exemplo, ao narrar a guerra entre atenienses e peloponésios, descreveu sismos, eclipses solares, grandes secas e surtos epidêmicos. Os peloponésios e seus aliados, em determinado momento, avançaram até o istmo, com o intuito de invadir a Ática, e foram impedidos pela ocorrência de vários tremores. Como consequência, «o mar em Orôbias (na Eubéia), recuou da linha costeira normal e, ao voltar em uma enorme vaga, destruiu parte da povoação; o mar recuou, até certo ponto, mas voltou a avançar e cobriu a orla marítima, de tal forma que onde antes havia terra hoje é mar» (Tucídides, 2001: 203-204).

Além de noticiar terremotos, os antigos também explicaram suas causas. Aristóteles, em *Metereologica*, supôs uma ligação entre tremores de terra e fenômenos atmosféricos como ventos, trovões e relâmpagos. Eles seriam produzidos por exalações subterrâneas:

a terra é, por si, seca, mas devido às chuvas contém em si muita umidade, de modo que, ao ser aquecida pelo Sol e pelo fogo [que há] nela, forma-se no seu exterior e no seu interior grande quantidade de vento; e este umas vezes flui todo ele, continuamente, para fora, outras vezes para dentro [...]. (Aristóteles, *apud* Tavares *et al.*, 2005: 56)

Assim, os tremores de terra poderiam ser ocasionados por ares aprisionados no interior do globo e impedidos de alcançar a superfície. Sêneca, que também abordou o problema, defendeu ideias semelhantes, ao afirmar que as exalações subterrâneas eram «consideradas uma ameaça para a saúde das populações, passíveis de contaminar as águas dos poços e rios assim como a própria atmosfera» (Amador, 2007: 292).

No século XVIII, vários letrados buscaram retomar e revitalizar a discussão, após o terremoto de Lisboa. Kant, por exemplo, escreveu três ensaios sobre o referido cataclismo, em 1756. Na ocasião, ele relacionou a origem dos tremores ao movimento de enormes cavernas situadas abaixo da superfície, repletas de gases quentes que provocavam os deslocamentos de terra. Em seguida, o filósofo alegou ser necessário recuar pela história do nosso planeta para encontrar, no caos primevo, as circunstâncias que proporcionaram a formação das galerias subterrâneas. De acordo com Leonel Ribeiro dos Santos, Kant interpretou o sismo de Lisboa a partir de três fatores: fator geológico (a peculiar constituição do solo, percorrido por cavernas e galerias que ligam regiões distantes); fator químico (processos de fermentação e combustão de matérias inflamáveis aconteciam no interior da terra, ocasionando explosões e provocando erupções vulcânicas, terremotos e fenômenos atmosféricos); fator mecânico (responsável pelo impulso inicial, que promovia a explosão

e libertação da pressão, expulsando o ar para fora das cavernas). Assim, Kant presume que

a ligeira oscilação do solo da maior parte da Europa, aquando da tremenda combustão que assolou a Terra no 1.º de novembro, outra causa não tenha tido senão esse ar furiosamente turbilhonante que, à semelhança de um ciclone, fez estremecer o solo que se opunha à sua expansão. (Kant, *apud* Santos, 2016: 32)

Kant teria formulado «uma ética da compreensão do fenómeno, da precaução e da gestão prudencial dos riscos e vantagens» (Santos, 2016: 39). Seria inútil lamentar o inevitável, porém recomendável gerir e conviver com o risco, afinal, conhecer os fundamentos físicos do sismo ajudaria os homens a minimizarem seus efeitos e a controlarem seus desdobramentos. A tragédia de Lisboa, segundo Kant,

parece ter sido agravada pela localização da cidade, construída na longitudinal do Tejo. E daí que, tendo em conta estas razões, nenhuma cidade de um país por diversas vezes vítima de tremores de terra, cuja direção seja possível determinar a partir da experiência, devesse ser construída em direção paralela à que eles seguem. Só que, em situações desta natureza, a maioria das pessoas é de opinião totalmente diferente. Porque o pavor lhes rouba a capacidade de reflexão, julgam ver, nestes casos de desgraça tão generalizada, um mal de tipo completamente diferente daqueles contra os quais é lícito tomar precauções, imaginando então que podem suavizar

a dureza do destino se submeterem, cega e resignadamente, aos favores e desfavores do Céu. (Kant, *apud* Santos, 2016: 40)

Além disso, os prejuízos provenientes do sismo eram compensados pelo surgimento de «fontes termais propícias à saúde», pela «renovação da qualidade da atmosfera com sais» e de «nutrientes minerais dos solos», pela «manutenção do equilíbrio térmico da Terra», etc. (Kant, *apud* Santos, 2016: 42). Deus e a natureza não deveriam ser responsabilizados pelas consequências destes fenómenos, e sim o homem insensato que deixa de adaptar-se à natureza para tentar adaptá-la aos seus caprichos.

Como a intenção não era propor um extenso catálogo de autores que refletiram sobre a natureza do terremoto, mas aproximar o leitor de categorias antigas que continuaram operantes nos séculos XVIII e XIX, este tópico parece ter cumprido o propósito. Resta saber de que maneira a discussão foi realizada em Portugal e como noções teológico-políticas integraram as interpretações dos letrados que se envolveram com o tema.

2. O terremoto como causa segunda

No final de 1755, Bento Morganti escreveu uma carta explicando os efeitos do terremoto de Lisboa. Na ocasião, ele evitou qualquer ostentação elocutiva, para deter-se na utilidade das informações dirigidas ao amigo (não identificado) e voltadas para assuntos pertinentes

à coisa pública. O conteúdo da epístola, distribuído ao longo de 14 páginas, divide-se em duas partes: na primeira, o autor descreveu o sismo e a maneira como ele se manifestou na capital portuguesa; na segunda, voltou-se para as antigas teorias sobre as causas desse fenômeno. Ao final, baseando-se nas reflexões que Athanasius Kircher sistematizou em seu *Mundus subterraneus* (1665), Morganti afirmou que existia um fogo efetivo e subterrâneo, incessante, fustigado pelo éter e alimentado pelo ar. Embora admita que os terremotos são causados pelo fogo, nem por isso o autor deixa de associá-los à ação divina. Seu caráter destrutivo, proporcional à ira de Deus, tornava-se uma resposta aos delitos, aos pecados dos portugueses.

Se Morganti vinculou leis naturais e Providência divina, Gabriel Malagrida (1756: 4) afirmou que os responsáveis pela destruição de casas, palácios, templos e conventos não foram cometas, estrelas, vapores, exalações, tampouco contingências ou causas naturais, mas os pecados dos lisboetas. O jesuíta recorreu a uma analogia para alegar que «não faltaram também à infeliz Jerusalém os arancos de terremotos estrondosíssimos, confederados com outros males, não menos formidáveis, porém tudo foi efeito, unicamente, dos seus grandes pecados» (Malagrida, 1756: 5). Malagrida apoiou-se em referências bíblicas, segundo as quais Santo Tobias, por exemplo, inspirado pelo Espírito Santo, teria instado os seus irmãos de cativeiro na Babi-

lônia a reconhecer a origem divina daquele cárcere. Em seguida, questionou: «Não sabem esses católicos que este mundo não é uma casa sem dono?» (Malagrida, 1756: 5). Atribuir o terremoto a causas naturais faria com que os homens negligenciassem a Causa Primeira. Como consequência, as penitências não seriam materializadas e a indignação divina perduraria.

Para sustentar seu argumento, o padre jesuíta invocou a autoridade de Virgílio, que, valendo-se da fantasia poética, fez uma anatomia dos raios «com que Júpiter irado mostrava o seu furor contra a terra» (Malagrida, 1756: 11). Os Ciclopes, para fabricá-los, teriam recorrido à «terrível mistura» envolvendo o «tortuoso dos nimbos», o «chuvoso das nuvens», o «impetuoso dos ventos» e a força «abrasadora do fogo». A união de «elementos tão opostos», entretanto, «só o podia idear a ficção de um entendimento poético». Malagrida (1756: 11) recusa a «fingida mistura» e propõe, no lugar, uma mistura verdadeira, valendo-se das teorias de Ruperto de Deutz (c. 1075-1129), abade beneditino de Valônia que concebeu os raios e castigos da Onipotência divina como sendo a fusão entre ódio, amor, justiça e misericórdia, união essa que, segundo o autor, vem a ser «a verdadeira inteligência, e mistério».

Malagrida estabelece uma analogia entre Nínive e Lisboa, quem sabe para equiparar seu lugar ao de Jonas, censor dos ninivitas que impôs a penitência como único remédio para

livrá-los do castigo divino. Com tal argumento, o jesuíta não apenas afirmou ser necessária a intervenção junto aos lisboetas, como tomou para si o papel outrora desempenhado pelo profeta. Em seguida, o padre recolheu alguns testemunhos que teriam prenunciado a catástrofe. Mais uma vez imitando o exemplo dos profetas, ele buscou evidenciar que Deus teria advertido os homens da tragédia, por intermédio de fiéis, antes de despejar sua ira. Malagrida (1756: 22) recorreu à seguinte analogia para explicitar sua hipótese: «Eu, arrebatado de cólera, desembainho a espada, e mato, com efeito, a quem me fez o agravo; se se pergunta a causa imediata dessa morte, foi a espada; porém a mediata fui eu». Só um Deus onipotente poderia «alumiar sem o Sol, banhar sem a chuva, e abrasar sem o fogo».

Diferentemente de Malagrida, Bento Morganti não negligenciou as explicações físicas do terremoto. Entretanto, ambos se baseavam em uma concepção providencialista de tempo e acreditavam que a «Idetidade de Deus, Causa Primeira, repete-se em todas as diferenças históricas do tempo, tornando análogos ou semelhantes todos os seus momentos, desde a Criação até o presente dos intérpretes» (Hansen, 2006: 58). Há, entretanto, uma grande divergência entre eles — para o padre jesuíta, todos os esforços de Portugal, no sentido de reconstruir sua metrópole, eram despropositados, pois contrariavam os desígnios divinos. Constatava um desajuste entre ação humana e Providência, como se a reconstrução de Lisboa desafiasse a

vontade de Deus e, portanto, constituísse um mau uso do livre-arbítrio. Morganti, por sua vez, se limitou a discorrer sobre as causas do sismo e a catalogar os edifícios destruídos, sem opinar sobre a reconstrução da capital.

Luiz Cristiano de Andrade (2004: 146) afirmou que frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil* (1627), seguiu os preceitos de São Tomás de Aquino, pois acreditava que Deus recorria a intermediários (causas segundas), não por deficiência do Seu poder, mas por excesso de bondade. Logo, caberia aos homens executar a ordem instituída pela Causa Primeira, uma vez que portam a graça, «estado sobrenatural da alma humana». Morganti e Malagrida admitiram encarar o terremoto como causa segunda: aquele usou sua carta como ferramenta capaz de sondar os fundamentos naturais do castigo divino; o outro também concebeu seu opúsculo como instrumento divino, na medida em que incentivava os portugueses a reconhecerem as causas providenciais do cataclismo e aconselhava a suspensão das obras como sinal de aquiescência, de humildade. Se apenas Deus conhecia as coisas como um todo, tremores de terra poderiam cumprir um bem geral e misterioso, porque implicado num projeto salvífico ignorado ou, quando muito, não mais que intuído pelos homens. Apesar das divergências entre eles, ambos estabeleceram uma conduta prudencial, instruindo sobre as causas do terremoto e indicando os meios de impedir sua reincidência (penitência, orações etc.).

3. *Ut pictura historia:*

Retratos do sismo

Miguel Tibério Pedegache (1756) retratou com pormenores o cataclismo de 1755: especificou o momento do primeiro abalo sísmico, descreveu o clima, discriminou a temperatura e a pressão atmosférica, precisou a duração de cada tremor e o intervalo entre eles. Além disso, Pedegache adotou recursos para amplificar as consequências do terremoto quando, por exemplo, afirmou que tudo estava prestes a retornar «ao antigo caos», caracterizado pela desordem, pela ausência de forma. Em outro momento, recorreu à comparação para explicar aos leitores o caráter dos ruídos que antecederam os tremores, similares ao «estrondo dos trovões» ou ao «eco de uma peça de artilharia disparada em um subterrâneo». Os mares foram arremessados contra a capital portuguesa. A descrição das ondas reforça o argumento anterior sobre o retorno à situação caótica, caracterizada por uma massa informe aquosa. O Tejo tornou-se um «cemitério de cadáveres» e a cidade ardeu com o fogo:

A terra, o ar, e a água tinham se conjurado contra a infeliz Lisboa e seus aflitos cidadãos. Faltava só o fogo para completar a nossa ruína. Pouco tardamos a experimentar o terrível flagelo. Um incêndio repentino apareceu em vários bairros da cidade, e como o vento

soprava com violência, esta soberba e florescente cidade se tornou, em breves instantes, em uma segunda Troia. (Pedegache, 1756: 4-5)

Uma «segunda Troia» cujo suplício não se restringiu ao fogo, mas aos quatro elementos do mundo sublunar.

O terremoto de Lisboa, que teria ocasionado, segundo Miguel Pedegache, a morte de 20 mil pessoas, destruiu paróquias, igrejas, basílicas, templos, casas. Depois de mencionar que as casas deviam ser fabricadas com segurança e não com o que há de «mais barato», o narrador conferiu ao seu relato um caráter instrutivo, exemplar, na medida em que seria possível retirar da experiência trágica algo de construtivo. Para Pedegache (1756: 22-23), esses fenômenos ocorriam com certa frequência: o primeiro grande tremor de Lisboa ocorreu em 1309; o segundo sucedeu em 1531; por fim, o «terremoto espantoso» de 1755. A sucessão de sismos era acompanhada de um agravamento de sua força, o que permitiu ao narrador estimar que Portugal fosse abalado por tremores entre os anos de 1777 e 1785.

Pedegache desenhou edifícios de Lisboa arruinados pela catástrofe. Por meio das gravuras de Jacques-Philippe Le Bas (1707-1783), parte de suas obras foi registrada. Há, por exemplo, o retrato das ruínas da Basílica de Santa Maria:



Fig. 1 – Basílica de Santa Maria; fonte: LE BAS, Jacques-Philippe. Paris, 1757.

Com origem no medievo, a basílica foi abalada pelo sismo e danificada pelo fogo. Entretanto, os danos não foram drásticos, apenas a torre sul ruuiu e o zimbório foi parcialmente destruído. A capela-mor sofreu avarias leves, e foi demolida durante as reformas promovidas na gestão de D. José I (Baptista Neto, 1999:

131-141). A gravura possibilita a observação sob novo prisma: se, na *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de novembro de 1755*, o monumento é referido em meio a outros, o que permite um olhar panorâmico do alto, o desenho atribui-lhe centralidade ao mirar suas ruínas. O mesmo acontecendo, por exemplo, com a Casa de Ópera.



Fig. 2 — Casa da Ópera; fonte: LE BAS, Jacques-Philippe. Paris, 1757.

A construção da Ópera do Tejo, teatro encomendado por D. José I, foi encerrada em março de 1755. O edifício consta entre aqueles que sofreram danos irreparáveis. Estava prevista, para o dia 1 de novembro, a encenação da peça *A destruição de Troia* (ou *Dido e Eneias*), de Henry Purcell (Paice, 2011: 138). No entanto, um cataclismo arruinou a programação dos lisboetas e, segundo Pedegache (1756: 4-5), transformou a urbe «em uma segunda Troia». Assim, com a Casa de Ópera em ruínas, a peça foi encenada no Teatro do Mundo.

4. O sismo, da prosa ao verso

Ao enumerar alguns dos eventos sísmicos ocorridos ao longo da história, Joaquim José Moreira de Mendonça (1758) chegou à conclusão de que eram causados pelo fogo subterrâneo. Divergindo do padre jesuíta Gabriel Malagrida, Mendonça concebia os terremotos como desastres naturais, adotando uma abordagem baseada em argumentos racionais provenientes da observação. Sua *História Universal dos Terremotos* divide-se em três momentos distintos: primeiro, apresenta uma lista com descrições dos principais sismos ocorridos ao longo da história; a seguir, destaca os efeitos do terremoto de Lisboa em termos geográficos

e cronológicos; e, ao final, apresenta explicações sobre suas causas (Ferreira e Lopes, 2017).

Uma das principais fontes utilizadas por Mendonça para recolher as opiniões dos «Antigos» filósofos foram as *Questões naturais* de Sêneca. As ondas, por sua vez, foram retratadas por meio de artifícios retóricos recorrentes, por exemplo, em descrições de tempestades.

A estes impulsos da terra se retirou o mar, deixando nas suas margens ver o fundo às suas águas nunca de antes visto, e encapelando-se estas em altíssimos montes, se arrojaram, pouco depois, sobre todas as povoações marítimas, com tanto ímpeto, que parecia quererem submergi-las, estendendo os seus limites. Três irrupções maiores, além de outras menores, fez o mar contra a terra, destruindo muitos edifícios e levando muitas pessoas envoltas nas suas águas. (Mendonça, 1758: 114)

Na descrição do sismo de 1755 presente na carta de Bento Morganti (1756: 114), é possível constatar o emprego do mesmo expediente, assim como num romance de Pinheiro Chagas, escrito em 1874:

O rio fugia como horrorizado das margens, repellido para longe pela convulsão da terra, as águas da maré, encontrando-se com as que se retraíam das praias, lutavam em furioso embate, encastelavam-se em montanhas gigantes, e, arrojando-se de novo sobre as praias, desabavam na cidade e submergiam os cais, entravam por Lisboa adentro, até distâncias enormes, chegando às portas de Santo

Antão, e de novo se retiravam e voltavam, mais aglomeradas, mais furiosas, mais espumantes, alagando as ruínas, quebrando nas paredes dos edifícios, trazendo consigo, enrolada nas ondas, a morte debaixo de um novo aspecto. Era a formidável confusão da natureza, era a medonha luta entre todos os elementos, era o horror debaixo de todas as suas formas, a convulsão da terra, a tempestade das águas, a lúgubre escuridão, os boqueirões do inferno mostrando as fauces hediondas, o incêndio que principiava, a imagem tremenda do chãos, o ideal sinistro do Báratro. (Chagas, 1874: 176-177)

Um poema editado em 1803, do oratoriano Teodoro de Almeida, associa o terremoto de Lisboa à justiça divina. Entre os paratextos, o poeta incluiu uma ode à religião cristã, composta por alguns versos em resposta a Voltaire, que, inspirado pelas «Fúrias infernais», lançou mão de «um ronco terrível e medonho», proveniente «dos abismos do Cocito», incapaz como era de notar os bens que «Deus tira só de um mal». Embora admita que o evento fosse castigo divino, o autor também redigiu uma *Dissertação* e analisou os fundamentos do terremoto, admitindo a existência de túneis por meio dos quais o ar, a água e gás inflamável circulavam, o que justificava os «sussurros» momentos antes do abalo da terra. A lógica natural, no entanto, era regida pelos termos divinos, o que tornava os cataclismos causas segundas orientadas pela Causa Primeira.

Um lugar-comum recorrente entre os antigos pode ser detectado na passagem abaixo, quando uma das personagens manifesta inveja daqueles que padeceram durante o terremoto de Lisboa e foram acolhidos pela Providência:

Oh mil vezes felizes (exclamava)
Os amigos de Deus, que nesse dia
Faleceram! pois Cristo os esperava
Lá no Céu com semblante de alegria.
Parecia, que cego os castigava
Mas com a mão para o Céu os conduzia.
Inda os corpos jaziam palpitando,
Suas almas já estavam descansando.
(Almeida, 1803: III, 33: 55)

É provável que o poeta tenha imitado a exclamação de Enéias frente à tempestade:

Oh mil vezes, exclama, venturosos
Os que de Troia junto aos altos muros
À vista de seus pais morrer puderam!
Oh de todos os Dâneos o mais forte,
Tidides, que eu a sorte não tivesse
De nos campos Ilíacos, pugnando,
Sucumbir do teu braço aos duros golpes,
E o espírito exalar! onde prostrado
Jaz o valente Heitor do Aquíleo ferro,
Onde o ingente Sarpédon, onde tantos
Escudos, capacetes, e robustos
Corpos d'heróis nas ondas volve Símois.
(Virgílio, 2004: I, 9)

O importante, no caso, não é localizar a fonte da imitação, e sim confirmar o trânsito da tópica. Ao negligenciar o caráter convencional das letras, o leitor poderia tomar os lugares-comuns como descrição autônoma proveniente da empiria ou como expressão estética original. O anacronismo de tais concepções é evidente, pois todas elas derivam do Romantismo e/ou da Psicologia.

5. Considerações finais

A destruição de Lisboa em 1755

obrigou a refletir sobre o modo de fazer cidade e de intervir nos seus marcos, em particular, no patrimônio edificado, e instou a reerguer os lugares à luz de preceitos de salvaguarda que os protegessem e aos seus elementos em caso de futuras calamidades. (Lima e Neto, 2017: 38)

Uma das medidas que ampararam a reconstrução de Lisboa foi a adoção da chamada «gaiola pombalina», que buscava ampliar a resistência dos edifícios contra abalos sísmicos. O projeto de modernização foi incentivado pelo rei D. José I, organizado pelo secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, e sistematizado pelo engenheiro-mor Manuel da Maia, em dezembro de 1755.⁵ Não faltaram, portanto, referências à reconstrução de Lisboa como uma das grandes façanhas de Pombal. É o caso, por

⁵ Sobre as características dos edifícios pombalinos, ver Guerreiro, 2010.

exemplo, do poema de Basílio da Gama (2008: 283-284) intitulado *O Uruguai* (1769): após o sismo, teríamos uma capital

Entre despedaçados edifícios,
Com o solto cabelo descomposto,
Tropeçando em ruínas encostar-se.
Desamparada dos habitantes,
A rainha do Tejo, e solitária,
No meio de sepulcros, procurava
Com seus olhos socorro; e, com seus olhos
Só descobria de um e de outro lado
Pendentes muros e inclinadas torres.

De repente, começou a germinar da terra devastada

Vistosos edifícios. Já mais bela
Nasce Lisboa de entre as cinzas: glória
Do grande Conde, que com a mão robusta
Lhe firmou na alta testa os vacilantes,
Mal seguros castelos.

O contraste entre os dois momentos, assinalado pelo renascimento da cidade, foi possível graças à intervenção do «grande Conde» de Oeiras. O adjetivo amplificador, desta vez, não foi empregado para caracterizar o potencial devastador do terremoto, foi, sobretudo, para enfatizar a nobreza do grande responsável pelo surgimento de uma «mais bela» Lisboa, erguida das cinzas como a Fênix mitológica.⁶

Foi recorrente também entre os críticos literários a associação entre a catástrofe sísmica e a introdução da «ilustração» no universo letrado (Braga, 1984: 129). A imagem dos «árcades-restauradores do caos das Letras pós-terremoto», segundo Vanda Anastácio (2007: 363-367), foi retomada também por Fidelino de Figueiredo, Hernâni Cidade, Óscar Lopes e António José Saraiva. Como filósofos da envergadura de Kant, Voltaire e Rousseau escreveram sobre o cataclismo, é possível que a momentânea atenção voltada a Portugal tenha estimulado a associação entre o incidente natural e as letras, que teriam se livrado das superstições para lançar mão de uma «literatura» assistida pelos critérios racionais do Iluminismo. Não por acaso, a expulsão dos Jesuítas e a crítica aos privilégios nobiliárquicos juntar-se-iam à construção mítica de Pombal.

O terremoto, devido à «mitologia» pombalina, foi, de modo recorrente, analisado a partir daquilo que o sucedeu, ou seja, como um evento inaugural, como uma crise propulsora da razão, o ideal ilustrado, a modernização. Esta forma de encará-lo acaba desembocando em uma perspectiva teleológica, em uma análise ancorada no nexo causal. Os textos coevos, nesse caso, passam a ser concebidos como notícia jornalística, indício da crise, perdendo-se de vista seu teor convencional, retórico. Se os

⁶ Os encômios, no entanto, não ofuscavam os vitupérios, o que proporcionou a Pombal um «mito bipolar», inaugurado durante o reinado de D. Maria I (Franco e Rita, 2003: 24).

anos posteriores ao sismo estimularam medidas urbanas, arquitetônicas, sanitárias, dentre outras, nem por isso as letras ganham autonomia e abandonam os códigos linguísticos para expressar, psicologicamente e com ineditismo, o cenário trágico que recaiu sobre Lisboa e arredores. A tentativa de validar a informação por meio do ato testemunhal é uma estratégia antiga, que sustentou o exercício historiográfico desde a Antiguidade. A associação entre cataclismo e castigo divino remonta aos antigos mesopotâmicos, que estabeleceram o dilúvio como a maior das punições; as teorias sobre a existência de túneis no interior da terra são longevas. Não por acaso, o mundo dos mortos foi alocado nas grutas subterrâneas, frequentadas por grandes heróis como Ulisses e Eneias. Mais uma vez, as hipóteses reunidas, no século XVIII, para explicar o terremoto de Lisboa, estavam mais próximas dos antigos, e não de nós. Observava-se o movimento das águas, as erupções vulcânicas, as rachaduras no solo, a exalação de vapores, as condições atmosféricas, as fases da lua, a estação do ano, mas não o movimento das placas tectônicas. Desde o lançamento do Sputnik, a escala de observação ganhou uma dimensão inaudita.

A mesma observação é válida para o universo letrado, sendo possível notar que as descrições discursivas e imagéticas do sismo de 1755 constituem desdobramentos do *locus horrendus*, lugar-comum que permite retratá-lo e, ao mesmo tempo, reforçar um teor instrutivo, empregado ora para incentivar o temor

de Deus ora para discriminar as causas naturais da catástrofe. O sentido providencialista de tempo, a concepção exemplar da história, os fundamentos retóricos dos enunciados e as características particulares de cada gênero não devem ser negligenciados ao longo da análise. Ao mesmo tempo, elementos literários baseados no juízo estético, em concepções freudianas relativas ao trauma e temas jornalísticos que cobrem a informação com lisura psicológica são noções que devem ser evitadas, porque pressupõem os séculos XIX e XX.

Bibliografia

- Almeida, T. (1803). *Lisboa destruída: Poema*. Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. Lisboa;
- Amador, F. (2007). O terramoto de Lisboa de 1755: Coleções de textos do século XVIII. *História, Ciências, Saúde*, **14**: 285-323;
- Anastácio, V. (2007). O terramoto de 1755: Marco da história literária? Em: A.C. Araújo, J.L. Cardoso, N.G. Monteiro, W. Rossa e J.F. Serrão (ed.). *O terramoto de 1755. Impactos históricos*. Livros Horizonte. Lisboa;
- Andrade, L.C. (2004). *A narrativa da vontade de Deus: A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador* (c. 1630). Tese de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 220 pp.;
- Araújo, E. (2000). *Escrito para a eternidade: A literatura no Egito faraônico*. Editora Universidade de Brasília. Brasília;
- Aristóteles (2011). *Retórica*. EDIPRO. São Paulo;
- Baptista Neto, M.J. (1999). Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo. Em: *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in Memoriam*. FLUP. Porto. pp. 131-141;

- Braga, T. (1984). *História da literatura portuguesa. Os arcades*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa;
- Chagas, P. (1874). *O Terramoto de Lisboa: Romance original*. Livraria Editora de Mattos Moreira. Lisboa;
- Cícero (2001). *As familiares* 5, 12. Em: F. Hartog. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Ed. UFMG. Belo Horizonte;
- Del Priori, M. (2015). *O mal sobre a terra: Uma história do terremoto de Lisboa*. Topbooks. Rio de Janeiro;
- Esteves, L.O. (2018). As matrizes estéticas do horror literário. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, **31**: 258-278;
- Ferreira, J. e Lopes, M.M. (2017). O fogo é o agente, que causa tantas maravilhas: A América e as explosões subterrâneas na *História Universal dos Terremotos* de 1758. *Varia Historia*, **33**: 591-623;
- Ferro Tavares, M.J., Amador, F. e Serrano Pinto, M. (2005). O terremoto de Lisboa de 1755: Tremores e temores. *Cuad. diecioch.*, **6**: 43-77;
- Franco, J.E. e Rita, A. (2003). *O mito do Marquês de Pombal: A mitificação do primeiro-ministro de D. José pela Maçonaria*. Prefácio. Lisboa;
- Gama, B. (2008). *O Uruguai*. Em: I. Teixeira (ed.). *Épicos: Prosopopeia / O Uruguai / Caramuru / Vila Rica / A confederação dos Tamoios / I Juca Pirama*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo;
- Guerreiro, L.C.B.M. (2010). *Reabilitação, demolição com reconstrução de edifícios, nos bairros históricos de Lisboa*. Tese de Mestrado em Engenharia Civil. Departamento de Engenharia Civil, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Lisboa;
- Hansen, J.A. (2006). Barroco, neobarroco e outras ruínas. *Floema Especial*, **2**: 11-65;
- Léry, J. (1980). *Viagem à terra do Brasil*. Ed. Universidade de São Paulo/Itatiaia. São Paulo/Belo Horizonte;
- Lima, M.C. e M.J.B. Neto (2017). Duas catástrofes históricas: O grande incêndio de Londres e o terramoto de Lisboa de 1755 – Efeitos no património artístico e atitudes de recuperação. *Conservar Património*, **25**: 37-41;
- Malagrida, G. (1756). *Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*. Oficina de Manoel Soares. Lisboa;
- Mendonça, J.J.M. (1758). *História Universal dos Terramotos que tem havido no mundo, de que há notícia...* Oficina de Antonio Vicente da Silva. Lisboa;
- Morganti, B. (1756). *Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do Terremoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755. Com alguns principios fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes phenomenos terrestres*. Offic. Domingos Rodrigues. Lisboa;
- Neiman, S. (2003). *O mal no pensamento moderno: Uma história alternativa da filosofia*. (Tradução de Fernanda Abreu). Difel. Rio de Janeiro;
- Paice, E. (2011). *A ira de Deus*. Record. Rio de Janeiro;
- Pedegache, M.T. (1756). *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de novembro de 1755*. Oficina de Manoel Soares. Lisboa;
- Rosa, L. (2004). *O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo*. Presença. Lisboa;
- Santos, L.R. (2016). Pensar a catástrofe, pensar a atualidade: Os ensaios de Kant sobre o terremoto de Lisboa. *Stud. Kantiana*, **20**: 21-49;
- Tucídides (2001). *História da guerra do Peloponeso*. Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Brasília/São Paulo;
- Virgílio (2004). *Eneida de Virgílio* (Tradução de José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva). Martins Fontes. São Paulo.